



Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 57859-6/02 - Recife (6ª Vara Cível)

Embargante: Adilson Canário

Embargado: Adalgisa Moura de Castro Leão

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

5469

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. O órgão julgador não está obrigado a acatar todos os argumentos do recorrente e, muito menos, forçado a analisar ponto a ponto suas alegações, bastando, para o ofício, decidir ou utilizar os fundamentos que entender suficientes para o deslinde da causa. Ausentes as hipóteses o art. 535 do CPC, não há como prosperar o inconformismo. Aclaratórios conhecidos, porém à unanimidade rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **REJEITAR** os Embargos de Declaração, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Jovaldo Nunes Gomes
Relator



Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 57859-6/02 – Recife (6ª Vara Cível)

Embargante: Adilson Canário

Embargado: Adalgisa Moura de Castro Leão

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Ceila David do Amaral Canário**, contra acórdão que, por unanimidade, negou provimento ao Recurso de Agravo nº 57859-6/02, interposto contra decisão terminativa monocrática da minha lavrada lançada nos autos da Apelação Cível nº 57859-6.

Alega o embargante que a decisão foi omissa na medida em que não se pronunciou sobre as seguintes alegações levantadas no apelo e no agravo: a) cerceamento de defesa, uma vez que a decisão agravada não enfrentou a denúncia à lide da Comercial Porcino Máquinas e Equipamento Ltda, negando vigência ao art. 5º, LV, da CF/1988; b) negativa de vigência ao art. 35 da Lei do Inquilinato (direito de retenção), posto que “nos presentes não se pode falar em prevalência de cláusulas de contrato de adesão, em face de norma jurídica, considerando-se tais cláusulas como abusivas e não escritas”.

Requeru o suprimimento das omissões apontadas para o fim de prequestionamento e eventual interposição de recursos para os tribunais superiores.

Pugnou pelo conhecimento e provimento dos aclaratórios.

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Jovaldo Nunes Gomes
Relator



139

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 57859-6/02 - Recife (6ª Vara Cível)

Embargante: Adilson Canário

Embargado: Adalgisa Moura de Castro Leão

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

O acórdão embargado está vazado nos seguintes termos (fls. 17 do Recurso de Agravo nº 57859-6/01):

"EMENTA. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO E COBRANÇA DE ALUGUEIS E ENCARGOS. LOCAÇÃO E MORA CARACTERIZADAS. PERMANÊNCIA NO IMÓVEL COMPROMETIDA. DESOCUPAÇÃO COMPULSÓRIA. SENTENÇA DO 1º GRAU QUE JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS. CONFIRMADA. IMPROVIMENTO MONOCRÁTICO. ENTENDIMENTO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 557 DO CPC. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. Caracterizada a locação e evidenciada a mora, outra opção não tinha o magistrado a não ser rescindir a locação e decretar o despejo, como fez."

Segundo consta do recurso, a parte alegou omissão no acórdão em dois pontos, quais sejam:

A) Não pronunciamento sobre a alegação de cerceamento de defesa – a decisão agravada não enfrentou a denunciação à lide.

Não procede a alegação de que houve cerceamento de defesa pela falta de enfrentamento da denunciação à lide. Na terminativa por mim lançada no apelo, cujo conteúdo foi confirmado no julgamento do Recurso de Agravo, analisei, de forma detalhada, a defesa indireta levantada pelo embargante, o que se pode ver às fls. 162/164 dos autos da Apelação Cível nº 57859-6. Vejamos:

"Nas razões do apelo o apelante renova a defesa indireta consistente na ilegitimidade ativa e passiva, chamamento ao feito da empresa Porcino Máquinas e Equipamentos Ltda. e incidente de falsidade de documento que, segundo alegou, está a discutir a veracidade do contrato de locação.

No ponto decidiu o ilustre magistrado, hoje desembargador José Ivo de Paula Guimarães, as fls. 96: "Apreciando os autos, de logo afasto as preliminares. No que diz respeito a ilegitimidade ativa da Autora, não pode prosperar vez que o contrato locatício de fls. 07/08, devidamente assinado conta como Locadora a Autora e como Locatário o Réu, não podendo portanto se arguir que esta relação seja oriunda de trabalho. Logo, também não pode prevalecer a



ilegitimidade passiva, pois as cláusulas contratuais existentes não faz menção ao contrato laborativo, mas sim ao puro contrato locativo. Pelos motivos acima expostos, não cabe a denúncia a lide da empresa PORCINO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, pois nada tem a haver com a locação locatícia, não se podendo enquadrar a situação no artigo 70, item II e 71, pois não cabe indenização de benfeitorias feitas no imóvel, vez que o contrato locatício de fls. 07 e verso, na sua cláusula décima – primeira dispõe que qualquer benfeitoria autorizada pelo Locador ficará automaticamente incorporada ao imóvel. A referida denúncia pleiteada, só teria efeito para isto, e, como não é permitido, não cabe a referida indenização ou mesmo retenção do bem".

No pertinente ao incidente de falsidade, decidiu o Dr. Juiz, (fls. 22 e verso): "Não pode prevalecer o incidente de falsidade, vez que o contrato apresentado não tem vício, fora feito por pessoa capaz, assinado inclusive com testemunhas. Tenta o próprio locatário querer macular um contrato, após 07 (sete anos), quando então do mesmo usufruía. Isto posto, não há nulidade e não se enquadra as alegações nos artigos apresentados, pelo que afasto o incidente. Arque a parte que ingressou com o incidente com as custas".

O que foi exposto acima já é suficiente para manter o deciso, quanto à defesa indireta. Porém, acrescento que consta dos autos contrato de locação firmado entre as partes, com firma reconhecida. Nele, como asseverou o juiz, não há qualquer vício formal passível de nulidade, mormente através de medida incidental. O que efetivamente pretende o locatário é ver declarada uma imaginária falsidade material, o que só será possível em sede de ação própria e não pela via incidental.

Por outro lado, as demais alegações preliminares têm íntima relação com essa "alegada falsidade do contrato de locação", cuja rejeição foi acolhida, com acerto, na sentença recorrida.

Sem procedência a defesa indireta".

B) Não pronunciamento sobre a negativa de vigência ao art. 35 da Lei do Inquilinato (direito de retenção).

No tocante à afirmação de que foi negada vigência ao art. 35 da Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245/91), de igual forma não merece acolhida. O referido dispositivo prevê o seguinte: *"Salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção"*.

Por outro lado, a cláusula décima-primeira do contrato de locação firmado pelas partes (fls. 07/07v) dispõe que: *"Toda e qualquer benfeitoria autorizada pelo Locador, ainda que útil ou necessária, ficará automaticamente incorporada ao imóvel, sem prejuízo do disposto na letra "E" da cláusula oitava deste instrumento, e não podendo o Locatário pretender qualquer indenização ou ressarcimento, bem como arguir direito de retenção pelas mesmas"*.

Destarte, não existe razão para considerar como abusiva a cláusula décima-primeira, posto que amparada no texto da lei. Ao contrário do que aduz o embargante, o art. 35 da Lei nº 8.245/91 foi devidamente aplicado ao caso concreto. Com efeito, não se há de reconhecer a existência de qualquer vício no



141

concreto. Com efeito, não se há de reconhecer a existência de qualquer vício no contrato de locação, posto que fora firmado por agentes capazes e assinado por testemunhas.

Não houve, portanto, qualquer omissão no voto que pudesse justificar a interposição dos embargos.

Observo que presentes aclaratórios possuem a nítida e confessada intenção de prequestionar os dispositivos legais indicados pelo embargante e não expressamente utilizados como razões de decidir na decisão embargada. Como é cediço, o órgão julgador não está obrigado a acatar todos os argumentos do recorrente e, muito menos, forçado a analisar ponto a ponto suas alegações, bastando, para o ofício, decidir ou utilizar os fundamentos que entender suficientes para o deslinde da causa.

Nesse sentido, veja-se o entendimento da 1ª Turma do STJ:

“O órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio” (AI nº 169.073-SP-Ag Reg, Rel. Min. José Delgado. Primeira Turma. Julg. 04/06/98).

Por outro lado, se a decisão não fez justiça ao embargante, o recurso cabível para reformá-la é outro. Embargos declaratórios não se prestam para tal. Válida, nesse particular, a transcrição de julgado da lavra do Des. Jones Figueirêdo (ED nº 51828-7/01):

“Processual Civil. Embargos Declaratórios. Obscuridade, contradição e omissão. Inexistência. Rejeição. - Ao julgador impõe-se, tão-somente, deixar expressa a necessária fundamentação do decisório, dispensando-se-lhe de analisar a controvérsia sob o enfoque sustentado pelo embargante. - O órgão judicial não está obrigado a tecer considerações a respeito de todos os pontos levantados pelas partes; a fundamentação exigida pelo texto legal é, apenas, a que se referir aos elementos presentes na formação da convicção do juiz e suficientes para o desate da questão. Esta relatoria, contudo, analisou todos os pontos expostos, em nada se omitindo. - Os embargos declaratórios prestam-se a esclarecer, se existentes, omissões, obscuridades ou contradições no julgado, mas jamais para que este último se adapte ao entendimento do embargante. - Embargos rejeitados, à unanimidade de votos.”

Assim sendo, não há omissões a serem sanadas, assim como também não vislumbro a ocorrência de qualquer uma das demais hipóteses do art. 535 do CPC, pelo que voto no sentido de CONHECER e REJEITAR os embargos opostos.

É como voto.


Jovaldo Nunes Gomes
Relator